International Congress of History
Congreso Internacional de Historia
VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
ISSN 2175-4446 (ON-LINE)
25 A 27 DE SETEMBRO DE 2013

10.4025/6cih.pphuem.390

Do altar ao tribunal: festa, devoção e conflito em Ponta Grossa/PR no final do século XIX e início do XX

Vanderley de Paula Rocha - UEPG

Introdução

Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento, tem como objetivo analisar atitudes religiosas dos indivíduos da cidade de Ponta Grossa/PR no final do século XIX e início do XX. Para tanto, utilizamo-nos de processos-crime gerados a partir de conflitos durante momentos de religiosidade.

Para se compreender o desenvolvimento dessa pesquisa, que por sua vez deu origem a esse artigo, é necessário entendermos a formação do catolicismo popular e a relação que os indivíduos estabelecem com o mundo sagrado. Por outro lado, faz-se necessário também discutirmos sobre a utilização de processos-crime como fonte do historiador. Naturalmente não vamos detalhar essas questões, apenas estabelecer as ligações que se fizerem necessárias à clareza do tema.

A maioria dos pesquisadores brasileiros, que enfocam a temática da religiosidade, vê no ano de 1500 o ponto de partida dessas manifestações religiosas, através da chegada do catolicismo, por meio das mãos dos colonizadores portugueses. Nesse sentido, pode-se dizer que o catolicismo implantado no Brasil estava intimamente vinculado a Portugal, o qual tornou-se a religião oficial. Desse modo, práticas religiosas eram impostas por leis, e nenhum súdito da Coroa podia se furtar a elas (OLIVEIRA, 1976, p. 132).

Para o historiador Riolando Azzi, foi a partir do catolicismo como religião oficial que surgiu o catolicismo popular brasileiro, pois a população passou a se apropriar de inúmeros elementos trazidos pelo catolicismo português, mais as práticas de outras culturas religiosas, fazendo surgir novas maneiras de relação com o sagrado, que se caracterizava principalmente no sincretismo e nas devoções aos santos (AZZI, 1978, p. 48). A ideia de Riolando Azzi em relação à formação do catolicismo popular no Brasil vai ao encontro da opinião de Pierre Sanchis que

afirma: “as identidades religiosas no Brasil foram formadas a partir das práticas desenvolvidas pelos três eixos étnicos que aqui se encontraram: o indígena, o europeu e o africano” (SANCHIS, 1995, p. 123).

Esse catolicismo denominado popular é expresso pela devoção dos fiéis a um determinado “protetor” em especial, cuja prática traz por sentido as orações aos “santos de devoção” através de romarias, novenas, procissões, festas e cantos religiosos. Assim, a figura do santo passa a ser elemento nuclear, e é entorno da imagem do santo que se organiza o culto popular, onde o profano e o sagrado se misturam (GAETA, 1997, p. 194).

Nesta perspectiva de profano e sagrado “se misturarem” é que buscamos nos conflitos, tensões e excessos durante momentos de religiosidade, como rezas, novenas e festas construir nossas problematizações. E foi a partir de três processos-crime da Comarca de Ponta Grossa que tecemos nossa análise.

Muito se tem discutido a respeito da utilização de processos-crime como fonte do historiador. Essa fonte abre um campo fértil para as pesquisas que se propõem captar as contradições sociais, especialmente relevantes na aparelhagem repressiva estatal, jurídica e policial, que visam manter a ordem e o progresso através da vigilância e do controle. Estes documentos permaneceram muito pouco explorados até o final da década de 1970, quando o impacto da história social inglesa e das teorias de Foucault impulsionou a sua utilização nas pesquisas (FLECK, 2007, p. 134). No entanto, nesta pesquisa, essa rica documentação foi utilizada para percebermos as relações que diferentes sujeitos estabelecem com o mundo sagrado, pois procuramos processos que tivessem sido gerados a partir de conflitos durante momentos de religiosidade, de forma especial, as rezas e festas religiosas.

Por sua vez, para entendermos essas relações religiosas é necessário conhecermos o contexto religioso da cidade de Ponta Grossa no período temporal em que debruçamo-nos.

O contexto religioso de Ponta Grossa no final do século XIX e início do XX

De acordo com Carlos Balhana, ainda no final do século XIX o Paraná era desprovido da ação da Igreja Católica, pois segundo o autor, esse território contava com poucas paróquias, característica que possibilitavam as tradições religiosas

populares prevalecerem entre a população (BALHANA, 1981, P. 68). Rosangela W. Zullian e Denise Pereira ampliam essa discussão afirmando que o Paraná nesse momento era uma “terra fértil para o catolicismo popular” (ZULLIAN & PEREIRA, 2006, p. 80).

Ponta Grossa, uma das cidades do interior do Paraná surgiu às margens do Caminho do Viamão, o qual desde o século XVIII tinha a finalidade de ligar São Paulo à região Sul do país. Caminho das tropas que, por esse, pessoas e animais passavam rumo à feira de Sorocaba no interior de São Paulo, onde negociavam produtos e animais (GONÇALVES & PINTO, 1983, p. 25).

No final do século XVIII, Ponta Grossa passava por transformações em sua estrutura social que se manifestava na concentração urbana e em contraste com a dispersão rural. O século XIX na cidade é marcado pela chegada de imigrantes e migrantes que depositavam esperanças de prosperar na região (ZULIAN, 1996, p. 40).

No contexto eclesiástico, o século XIX é marcado pela ação católica frente ao catolicismo praticado pela população, essa questão configurou-se com a criação de novas dioceses e com a vinda de novas congregações religiosas, além da criação de colégios e seminários, com o intuito de auxiliar na missão católica. Nesta perspectiva foi criada a diocese de Curitiba em 1892, e foi a partir da organização burocrática dessa diocese que se percebeu a necessidade de criar outras no estado. Também se percebeu que as congregações vindas da Europa teriam papel importante na missão evangelizadora (DIOCESE DE PONTA GROSSA, 1976, p. 45)

Essa questão de levar o Evangelho e conduzir os leigos a viver o “verdadeiro cristianismo” refletiu na cidade de Ponta Grossa, pois foi no ano de 1903 que a Congregação do Verbo Divino assumiu a Paróquia de Sant’Ana, congregação alemã que se instalou na cidade com o objetivo de evangelizar a população (JOHANSEN, 2003, P. 165).

Foi somente na década de 1920 que Ponta Grossa ganhou sua diocese, em 1926 através da Bula Quu, in dies numerus do Papa Pio XI. E somente em dezembro de 1929 foi escolhido para assumir a diocese Dom Antônio Mazzarotto, que em vinte e três de fevereiro de 1930 foi sagrado em Roma pelo Cardeal Henrique Gasparri, tomou posse do bispado ponta-grossense em três de maio de 1930. Dom Antônio foi incumbido de propagar as propostas da Santa Sé na cidade,

permaneceu à frente da Diocese até o ano de 1965, mas, continuou na diocese como bispo emérito até o ano de 1980 quando faleceu (PEREIRA & ZULIAN, 2006, p. 88).

É nesse contexto que o mundo religioso em Ponta Grossa se desenrolava no final do século XIX e início do XX, muito mais pelas práticas devocionais populares dos que pela religiosidade institucionalizada que, nesse momento era praticamente inexistente. E com essa inexistência do poder religioso institucionalizado as devoções se misturavam entre o religioso e o profano, sobretudo durante as festas religiosas, ponto de discussão a seguir.

Festas religiosas: uma abordagem historiográfica

É assente entre os historiadores que o fenômeno da religiosidade ganha a cada dia que passa destaque nas discussões historiográficas contemporâneas, campo que instiga esses cientistas a discussões em seminários, encontros, congressos e publicações. Nesta perspectiva de estudar as religiões e a religiosidade, as festas religiosas passaram a ser discutidas pelos historiadores, principalmente a partir da década de 1970 com a “redescoberta” da cultura popular, assim a festa converteu-se a objeto de estudo histórico (BURKE, 2008, p. 79).

O pioneiro na disciplina histórica a propor discussões nesse campo foi o historiador francês Michel Volvelle, que fez da festa um objeto da história, pois até a década de 1970, a festa era apenas território de folcloristas, etnólogos e antropólogos. O autor procurou entender a festividade religiosa como “uma representação de mundo”, onde as pessoas se apropriam de elementos e aspectos de um universo cultural que faz parte do seu cotidiano para envolver-se com o sagrado (VOVELLE, 1991, p. 251).

No Brasil, o interesse dos profissionais da História pelas festividades religiosas ganhou impulso a partir do final dos anos 1980, onde vários trabalhos se dedicaram a estudar esse fenômeno, resultado das discussões voltadas para o entendimento da cultura, onde a festa esta inserida. Um dos primeiros historiadores brasileiros a tratar da temática festa, embora não tenha sido seu principal foco, foi João José Reis em “A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX”, livro lançado em 1991. Nessa obra, o autor estuda as atitudes em relação à morte, com ênfase nos rituais fúnebres na Bahia do século XIX. João José

Reis também analisou as festas em honra aos santos que foram organizadas pelas irmandades religiosas, onde segundo o autor, a barreira entre o sagrado e o profano era tênue (REIS, 1991).

Três anos após o lançamento do livro de João José Reis em 1994 a historiadora Mary Del Priore, dedica um livro especificamente à temática da festa, com o título “Festas e utopias no Brasil colonial”, Nesta obra, a historiadora analisou as festas proporcionadas e incentivadas pela Coroa Portuguesa e pela Igreja Católica, na Bahia e em Minas Gerais, destacou as relações que os indígenas e os negros estabeleceram com essas festividades, vendo nesse instante o momento de imprimir seus traços culturais, por meio dos mitos, ritos, músicas e danças (PRIORE, 1994).

Em 1999 foi a vez da historiadora Martha Campos Abreu lançar um livro com a temática da festa: “O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de janeiro, 1830-1900”, fruto de sua Tese de Doutorado defendida na Unicamp. Neste livro, Martha C. Abreu realiza uma análise minuciosa dos festejos em honra ao Divino, realizados no Rio de Janeiro, durante o século XIX. A autora aponta para o princípio dos festejos em honra ao Divino no Brasil, sua propagação pelo território brasileiro e para as transformações ocorridas nessa tradição religiosa.

Numa publicação mais recente em 2003 a historiadora Mabel Salgado Pereira e o antropólogo Marcelo Ayres Camurça organizaram o livro “Festa e Religião: imaginário e sociedade em Minas Gerais”. Este livro apresenta nove artigos, todos sobre festividades em Minas Gerais, que vão desde análise da Festa Barroca passando pelas Folias de Reis e do Divino até o Pop nas celebrações carismáticas pentecostais.

Como historiciza Neusa de Fátima Mariano, na Grécia antiga a festa era considerada elemento importante, estava intimamente ligada à natureza, nesse sentido, era usada como agradecimento pela colheita. Assim, com caráter camponês, a festa envolvia elementos como: danças, músicas e jogos. Por estar ligada a colheita passava a sacralizar a comida, a bebida, a fecundação e a reprodução da vida, desse modo, gradativamente foi se tornando sagrada. Nesse período a festa já possuía o caráter de divertimento, em momentos festivos as tensões acumuladas eram minimizadas, a ordem social invertida, tornando- se assim, um momento onde tudo era permitido (MARIANO, 2008, p. 95).

Eduard Thompson aponta que os rituais festivos aos poucos foram passando da esfera da natureza para a da religião cristã “as festas relacionadas à natureza, consideradas pagãs, a igreja foi tornando-as católicas” (THOMPSON, 1998, p. 493). Ou seja, a igreja católica passou a se apropriar dessas festividades e gradativamente o calendário cristão foi se ajustando as colheitas, ao agrário. Para o autor, foi um momento de cristianizar as festividades ao mesmo tempo em que a Igreja Católica se institucionalizava.

No que se refere às festividades religiosas no Brasil, Léa Freitas Perez entende como sendo uma das atividades urbanas mais antigas do país, para a autora, a festa é um momento importante nas cidades é quando inúmeras pessoas saem de suas casas, enchem as praças e ruas, dando movimento à cidade. Para a historiadora, a festa também é um momento de minimizar as diferenças sociais e raciais assim, “durante as festas e procissões não há posição social, nem cor de pele” (PEREZ, 2000, p. 12).

Nesse mesmo caminho Émille Durkkheim, aponta que a festa proporciona ao indivíduo momentos de sociabilidade e aproximação social dos diferentes grupos. Desse modo, a festa “quebra” as diferenças, e o individuo desenvolve um sentimento de pertencimento ao “todo social” (DURKHEIM, 1989, p. 495).

Para Maura R. Petruski, as festas religiosas têm caráter aglutinador, possuindo a função de unir os indivíduos em torno de um único objetivo, “louvar o seu Deus” (PETRUSKI, 2008, p. 78). Assim, um dos caminhos utilizados pelas tradições religiosas para aglutinar os indivíduos é por meio das festas religiosas, pois o sentimento de felicidade que advém com a festa reforça e une os grupos.

As festas também possuem a função de fortificar os indivíduos, eliminando o cansaço e o espírito fadigado das pessoas. Nas festas religiosas o indivíduo tem acesso a uma vida de inteira comunhão com o sagrado, refletindo sobre suas experiências existenciais, no campo terreno e no campo transcendente.

As festas populares no Brasil, para Antônio Paiva Moura, sempre possuem a mistura entre o religioso e o profano, para o autor as atividades de caráter religioso se constitui na missa, procissões, rezas, bênçãos e novenas. As de caráter profano se apresentam através da diversão, como os leilões, as danças, as comidas, as barraquinhas, entre outras. São elementos que se misturam formando assim para o autor, a base das festas religiosas no Brasil, “devoção com diversão” (MOURA, 2004, p. 34).

Neste balanço historiográfico procuramos demonstrar como as festas religiosas estão sendo abordadas pelos historiadores, e foi partir dessas produções que entendemos que a festa religiosa é um campo de códigos, símbolos, elementos e estruturas sociais, que a festa pode ser vista como espaço de construção e/ou afirmação de identidade. Ou ainda, como momento de construção e representações de mundo, momento de criação de sociabilidade e transcendência da rotina e da ordem. E foi sob estas perspectivas que, procuramos entender a festa religiosa a partir de suas tensões e conflitos.

Festa, religiosidade e conflitos

Toda festa seja religiosa ou não propicia um ajuntamento de pessoas, e nesse espaço onde diferentes sujeitos se encontram ocorrem além da alegria propiciada pelo momento festivo, tensões e conflitos, e foi através da leitura de três processos-crime que constatamos isso.

Nos casos analisados não encontramos nenhum processo que fosse claramente referente a uma festa, mas sim, sobre conflitos gerados durante momentos de religiosidade. Queremos ainda, deixar claro que não vamos aqui analisar a fundo esses processos, apenas destacar alguns elementos que se fizerem necessários para atingirmos nosso objetivo, que é perceber as relações que os indivíduos estabelecem com a religiosidade, seja essa institucionalizada ou não.

A metodologia que utilizaremos daqui pra frente se consubstanciara no relato dos três processos cronologicamente (1892, 1904 e 1904), destacando nas falas dos depoentes as questões do universo religioso dos mesmos, para em seguida problematizá-las.

Assim, o primeiro processo analisado é datado de 1892, cujo artigo corresponde ao 134 – desacato e desobediência. O processo gira em torno do réu, João Rubino do Prado que, teria desacatado o inspetor de quarteirão que por sua vez teria se dirigido a residência de João do Prado e reclamado do barulho da festa que acontecia na casa do réu.

Tudo teria começado no dia 06 de agosto de 1892 durante a realização de uma festa a um santo (não identificado na documentação) na casa de João Rubino do Prado no distrito de Itaiacoca, município de Ponta Grossa. Os preparativos para a realização da festa teriam começado bem cedo com a limpeza e

a ornamentação do espaço, muito desse trabalho teria sido realizado pelo réu João Rubino do Prado, como afirmou uma das cinco testemunhas convocadas, o senhor José Antonio da Silva, esses era lavrador, tinha trinta anos, casado, natural e residente no distrito de Itaiacoca. É importante ressaltar que essa testemunha era compadre do réu e sua fala foi em defesa do mesmo. Em um trecho do testemunho de José Antonio da silva ele afirma: “João do Prado meu compadre estava trabalhando desde cedo na festa e que de fato havia tomado bebida de álcool depois das rezas, e que João teria conseguido autorização para fazer a festa por isso teria se ofendido com o inspetor de quarteirão que chegou gritando primeiro” (PROCESSO DA COMARCA DE PONTA GROSSA. ARQUIVO DO CPDH – UEPG, 1892).

Outra testemunha que nos traz elementos dessa festa religiosa em seu depoimento, é Antonio Dias que na época possuía 26 anos de idade, era lavrador, casado, natural da cidade de Castro e residente no distrito de Itaiacoca. De acordo com os autos do processo, Antonio Dias estava na festa desde o começo e relatou que tudo corria bem, que o povo estava animado e que tinha várias pessoas reunidas desde cedo, quando começou as rezas.

João Antonio de Almeida, a segunda testemunha a depor, na época com 27 anos, lavrador, casado, natural e residente nesse distrito afirmou que chegou na hora do foguetório e que foi embora antes da confusão, por isso, não sabia de nada.

Já o réu ao ser questionado sobre o que havia ocorrido, alegou que estava dentro do pátio com seu irmão e com um cunhado quando o inspetor de quarteirão chegou gritando e ofendendo todos ali presentes. Perguntado se estava armado, respondeu que sim, que ele, seu irmão e seu cunhado estavam armados, ele com uma pistola, seu irmão com um revólver e seu cunhado com um facão, os três com as armas na cintura. Questionado por que estava armado, respondeu que na festa do ano passado, bandidos teriam roubado o dinheiro das doações. Explicou que as doações eram dos amigos que se reuniam para fazer a festa ao santo. Perguntado se ele havia tomado bebida alcoólica, respondeu que sim, vinho já no final da festa, relatou que não havia tomado nada antes porque estava ajudando na festa desde as rezas bem cedo, no almoço, no bingo e no leilão.

Chamado para depor, João de Deus Lima, o inspetor de quarteirão, a vitima nos autos, com 40 anos na época, casado, natural de Campo Largo, residente nesse distrito, afirmou que havia sido chamado para resolver uma discussão,

chegando a casa do réu, João Rubino do Prado, teria pedido que o mesmo se acalmasse e entregasse a arma que estava em mãos antes que alguém se machucasse, afirmou que havia falado diversas palavras para acalmar o réu, mas João R. do Prado continuava a agredir ele e as pessoas que ali estavam. Então ele havia dito ao réu que iria prender o mesmo por desacato e desobediência. Após desenrolar os tramites do processo o réu, João Rubino do Prado foi considerado culpado e condenado a dois anos de prisão.

No segundo processo datado de 1904, os autos giram em torno da morte do inspetor de quarteirão Francisco Rocha Galvão que teria levado um tiro do “preto” Joaquim de “Tal” no bairro de Pinheirinhos no distrito de Conchas, município de Ponta Grossa, durante a realização de uma festa religiosa em regozijo ao dia da Assunção de Nossa Senhora.

Essa festa havia ocorrido em 05 de agosto de 1904 no quintal da senhora Augustina Fontes (?) e os conflitos teriam iniciado ao fim dos festejos, de acordo com os depoentes por volta das sete horas da noite o “preto” Joaquim de “Tal” teria invadido a festa gritando procurando por Chico Portugal, dono do botequim localizado na frente da casa da senhora Augustina Fontes.

De acordo com José Martins dos Santos, uma das testemunhas arrolada, a briga teria começado mais cedo no botequim de Chico Portugal, pois o mesmo teria discutido com Joaquim porque ele queria entrar a cavalo no botequim. Chico Portugal não havia permitido, desse modo, Joaquim de “Tal” teria ido para sua casa e voltado armado para tirar satisfação, não tendo encontrado Chico Portugal no botequim dirigiu-se para a festa. Com a confusão formada o inspetor de quarteirão, Francisco Rocha Galvão foi chamado para apaziguar a situação, e ao chegar à festa acabou sendo primeiramente agredido verbalmente e em seguida foi atingido por um tiro disparado pela arma de Joaquim de “Tal”. Ferido o inspetor foi levado para dentro da casa da senhora Augustina Fontes.

De acordo com Thomas Weiber, pedreiro, casado, com trinta anos, natural da Prussia e residente neste distrito, o réu já havia passado pela festa à tarde e ao escurecer teria ido ao botequim de Chico Portugal. A testemunha ainda relatou que o réu havia já havia bebido pinga na barraca da festa em que ele estava e que havia dito ter um revólver com 25 balas para esparramar nos caboclos.

Francisco da Rocha Galvão faleceu e José Rubino do Prado foi condenado pela morte do inspetor de quarteirão, cabendo a ele a pena de vinte e seis anos de prisão.

O terceiro processo analisado refere-se ao artigo 303 lesões corporais, o fato teria ocorrido no dia 18 de setembro de 1904. De acordo com os autos do processo João Almeida teria agredido várias pessoas ao saírem de uma novena na igreja. Das cinco testemunhas arroladas três eram mulheres, todas afirmaram que estavam saindo da novena na igreja quando João Almeida teria chegado a cavalo ee teria chamado para briga os homens que ali estavam.

Maria Ferreira de Almeida, na época com vinte e três anos de idade, casada, natural do Rio Grande do Sul e residente nesta cidade declarou que saia de uma reza na igreja quando viu um homem, que mais tarde ela veio, a saber, que era João Almeida agredido um homem, em seguida ela entrou novamente na igreja e chamou o vigário que teria saído e pedido para João Almeida parar com a briga. O réu foi condenado a um ano e quatro meses de prisão.

Assim, analisando esses processos pudemos perceber alguns elementos que envolvem o fenômeno da religiosidade. Seja de uma festa religiosa que se desenrola na casa de um festeiro, onde o mesmo dirigia as celebrações até as novenas na igreja, onde tudo indica que o vigário era o responsável pelas rezas.

Nesses espaços onde os conflitos se desenrolaram nos fazem afirmar que existia uma intima relação entre o mundo sagrado e o mundo terreno, pois esses individuos realizam seus festejos em honra aos santos de devoção no quintal de suas casas, envolviam seu cotidiano profano em meio o mundo sagrado. Característica evidente, por exemplo, no primeiro processo onde mesmo sendo uma feste religiosa o inspetor de quarteirão havia sido chamado para conter o barulho proporcionado pelos sujeitos que ali estavam. O mesmo processo ainda nos trouxe a tona a realização de bingo e leilão em meio as reza.

E eram os leigos que conduziam essas celebrações e festejos, como pudemos perceber no segundo processo analisado que a festa ocorria na casa da senhora Augustina Fontes e não em uma igreja ou capela.

Já no último processo constatamos a figura eclesiástica presente na novena realizada agora em um espaço considerado “sagrado” a igreja, pois como relatou uma das testemunhas o vigário teria sido chamado para apaziguar uma briga entre dois homens em frente a igreja.

Por fim, destacamos que essas discussões poderiam nos levar a outras diversas considerações. Entretanto, nossa intenção foi procurar entender as relações existentes entre o homem e o sagrado. E para tanto utilizamos os conflitos gerado em momentos de religiosidade. Sobretudo as que ocorrem na cidade de Ponta Grossa. E ao buscarmos estabelecer esse debate, nos deparamos com a complexidade que envolve o fenômeno da religiosidade e com os muitos caminhos que podem ser percorridos em futuras abordagens.

Referencias Bibliográficas

ABREU, Martha Campos. **O império do Divino**: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro (1830-1900). 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

AZZI. Riolando. **O catolicismo popular no Brasil**. Ed. Vozes. 1978.

BALHANA. Carlos. **Ideias em confronto**. Curitiba. Grafipar. 1981.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2008.

DIOCESE DE PONTA GROSSA – cinqüentenário (1926- 1976) Curitiba: Gráfica Vicentina. 1976.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da Vida Religiosa.** São Paulo: Paulinas. 1989.

FLECK, Eliane C. D.; KORNDÖRFER, Ana P. Infância, violência urbana e saúde pública. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (orgs.) História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007, tomo II, vol. 3, p. 133-161.

GAETA. Maria aparecida Junqueira Veiga. **A cultura clerical e a folia popular**. Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol. 17. N^{o} 34. 1997.

GONÇALVES. Maria Aparecida C. PINTO. Elisabete A. **Ponta Grossa um século**

de vida 1823-1923. Castro. Kugler. 1983.

JOHANSEN, Elizabeth. **De católicos poloneses a ponta-grossenses católicos**:a Escola Sagrada Família – 1933-1945. Curitiba: UFPR, 2003- Dissertação (Mestrado em História).

MARIANO. Neusa de Fátima. **Religiosidade popular e espetáculo:** A Festa do Divino em Mogi das Cruzes SP**.** CADERNOS CERU: São Paulo. Série 2, v. 19, n. 2, dezembro de 2008,

OLIVEIRA. Pedro A. Ribeiro de. **Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro.** Revista Eclesiástica Brasileira. v. 36. n. 141. Março de 1976.

PEREZ, Léa Freitas. **Breves notas e reflexões sobre a religiosidade brasileira.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial dos Poderes do Estado. Junho de 2000.

PEREIRA & ZULIAN. Rosângela W. **Ponta Grossa:** rumo aos pressuposto da romanização. Revista de História Regional**.** 11(2). p.p.71-92. Inverno, 2006.

PETRUSKI. Maura Regina. **Julho chegou... E a festa também**: Sant'Ana e suas comemorações na cidade de Ponta Grossa (1930-1961)**.** Curitiba: UFPR. Tese de (Doutorado em História). 2008.

PRIORE, Mary Del. **Festas e utopias no Brasil colonial.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras. 1991.

SANCHIS. Pierre. **Catolicismo: modernidade e tradição**. Loyola. São Paulo. 1992.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1991.

ZULIAN, Rosângela W. **A victoriosa Rainha dos Campos**: Ponta Grossa na conjuntura republicana. Revista Regional de História**.** UEPG: Ponta Grossa. Junho de 1996.